

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 37 - Cruz das Almas (BA) - 28 de Abril de 2016 - www.apur.org.br

BELAS, TRABALHADORAS E DA LUTA



1º de MAIO, DIA DO TRABALHO E DA LUTA

#BELAS, RECATADAS E DO LAR

Utilizando os mesmos adjetivos com que os enquadramentos da Revista Veja nos resumiu, as mulheres da UFRB mostram-se, cada uma em sua singularidade, para afirmar que podem ser o que quiserem.

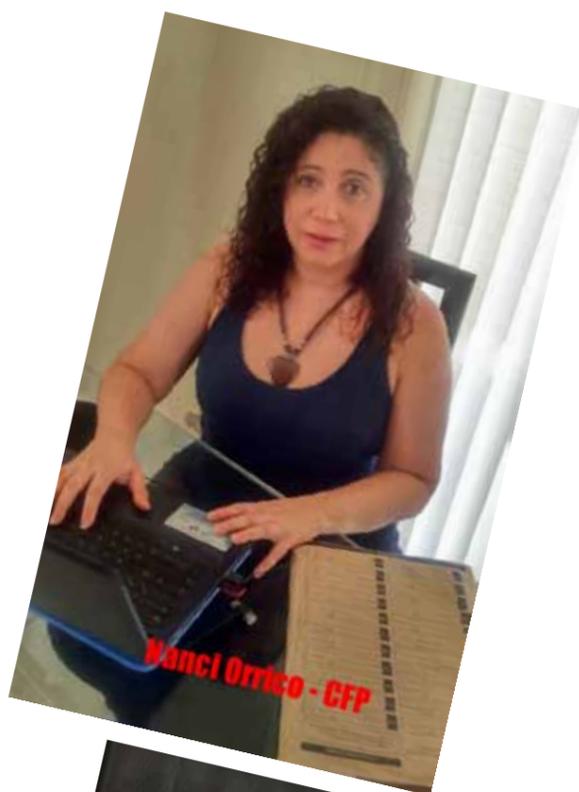
Algumas reações tem tentado acusar os movimentos de mulheres e/ou feministas de discriminar grande parte das brasileiras, que, segundo essas reações, enquadram-se no 'modelo veja' de mulher. Na verdade, a prática da discriminação, misoginia, machismo e sexista que tem orientado a produção editorial da Revista Veja e de outras, nunca foi a dos movimentos. Antes, pelo contrário, as posturas políticas desenvolvidas pelos feminismos têm sido de atenção e de luta pelo fim dos constrangimentos e enquadramentos que nos produzem em lugares únicos e modelares. Além disso, os movimentos têm sido atentos em não falar 'em nome' das diferenças que constituem cada coletivo de femininos, uma vez que estas falam por si e fazem-se sujeitos de suas

histórias. A experiência das mulheres e suas diferenças têm orientado a constituição dos feminismos, gerando conhecimento, epistemologias e filosofias. Assim, não há entre nós nenhuma rasura às mulheres (se elas existirem) que queiram ser belas, recatadas e do lar.

Contudo, defendemos o direito de escolher, de lutar politicamente por espaços múltiplos de poder e por formas de nos constituir. Sequer compreendemos que as donas de casa brasileiras enquadram-se no modelo Veja, pois sua luta cotidiana e estratégias múltiplas para viver as colocam em lugares de poder diferenciado da "sombra", cujo destino a revista delega às mulheres.

Repetimos 'bela, recatada e do lar' para que da fratura da repetição nossas vidas e lutas possam demonstrar, por meio de nossas imagens e constituições que SOMOS QUEM LUTAMOS PARA SER, porque na luta estamos sendo, nos gerando, nos parindo e assombrando o machismo, sexismo e misoginia da neurótica cultura brasileira.





HISTÓRIA DO 1º DE MAIO

Assim como em diversos países, no Brasil, comemora-se o Dia do Trabalho em 1º de maio. Mas a comemoração vem de 1º de maio de 1886, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, quando trabalhadores saíram às ruas para reclamar melhorias nas condições de trabalho. Uma das reivindicações era a redução da jornada de trabalho de treze para oito horas diárias. No mesmo dia em que esses trabalhadores foram às ruas de Chicago, estava ocorrendo, também nos Estados Unidos, uma grande greve geral dos trabalhadores.

Passados dois dias destes acontecimentos, uma confusão envolvendo policiais e trabalhadores terminou com a morte de alguns manifestantes; o que gerou uma revolta nos trabalhadores, levando a outros conflitos com a polícia; como o do dia 4 de maio, em que, num conflito de rua, alguns manifestantes teriam atirado uma bomba nos



policiais, provocando a morte de sete deles. A polícia, por sua vez, teria começado a atirar no grupo de manifestantes, resultando na morte de doze manifestantes e dezenas de pessoas ficaram feridas.

Como forma de homenagear aqueles que morreram no conflito lutando por melhores condições de trabalho, a Segunda Internacional Socialista, que ocorreu em Paris em 20 de junho de 1889, criou o Dia Mundial do Trabalho, que é comemorado em 1º de maio de cada ano.

No Brasil, há quem defenda que a data é comemorada desde o ano de 1895, contudo, foi apenas em setembro de 1925 que a data se tornou oficial, depois que o então presidente Artur Bernardes criou um decreto.

DIREITOS DOS/AS TRABALHADORES/AS CORREM RISCO NO CONGRESSO

Apesar da história de luta que levou à criação do Dia do Trabalho, há quem lembre o 1º de maio como um simples feriado, perfeito para festejar. A ideia de luta tem, muitas vezes, passado bem longe das programações do dia em questão. Mas o/a trabalhador/a brasileiro/a tem muitos motivos para ir à luta, não só neste dia, mas em todos os outros. Basta darmos uma olhada nos projetos que estão tramitando no Congresso Nacional para confirmarmos tal afirmação.

Muitos destes projetos visam, na verdade, o retrocesso dos direitos da classe trabalhadora. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apontou cerca de 55 projetos que colocam em risco os direitos que os/as trabalhadores/as conquistaram com muita luta.

Para exemplificar, vamos dar uma olhada em alguns dos projetos:

- Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);
- Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos (PEC 18/2011 – Câmara);
- Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);
- Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 – Câmara);
- Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 – Câmara);
- Regulamentação da emenda constitucional 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
- Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);

- Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);
- Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal (PL 6726/2013 – Câmara);
- Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão (PL 6726/2013);
- Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);
- Demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000);
- Cancelamento da política de Participação Social (PDS 147/2014 – Senado);
- Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 – Câmara);
- Redução da maioria penal (PEC 115/2015 – Senado);
- Regulamentação da compra de terra por estrangeiros (PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara);
- Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara);
- Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara).

Estes são apenas alguns dos projetos, mas já fica explícito que eles são, na verdade, uma clara ameaça à democracia e aos direitos da classe trabalhadora. Se pararmos para refletir sobre o significado de tudo que está sendo proposto com tais projetos, veremos que tem tudo a ver com o golpe em curso. A verdade é que o golpe já vinha sendo preparado por essas tentativas de enfraquecimento dos direitos conquistados.

Exatamente por estar claro que a situação atual vinha sendo costurado há tempo é que a classe trabalhadora precisa ter em mente que as mobilizações terão que ir além deste momento em que lutamos contra o golpe. A luta da classe trabalhadora tem que ser constante, não pode ser lembrada uma vez a cada ano, no 1º de maio.

ATIVIDADES DA SEMANA DEBATEM O GOLPE EM CURSO

Esta semana foi repleta de atividades que debateram a situação política atual do Brasil. Nessa quarta-feira (27), o Centro de Ciências da Saúde (CCS) foi palco de um debate sobre a UFRB e o Golpe em curso. O evento contou com os debatedores Antonio Eduardo Oliveira (presidente da APUR), Karina Cordeiro (vice-presidente da APUR), João Mendes (professor do CCS), Luís Gustavo Encarnação (técnico-administrativo) e Rita de Cássia Leite (gestora de ensino do CCS), que foi representando a direção do centro.

Além da comunidade acadêmica, o debate ainda teve a participação de pessoas da comunidade. Zenilton das Marcês, do Sindicato dos Comerciários, convidou a todos para um ato que ocorrerá nesta sexta-feira (29), com concentração no Centro Cultural de Santo Antônio de Jesus, às 17 horas.

Após o debate, foi feita uma proposição de se formar um comitê local contra o golpe.

Na terça-feira (26), o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) promoveu a aula pública A crise política e o golpe do impeachment, ministrada pelo presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira. Nesse mesmo dia, o presidente da APUR ainda foi um dos debatedores da atividade Crise e Conjuntura, que ocorreu no Cuca, em Feira de Santana.







O CONSERVADORISMO LEGISLATIVO BRASILEIRO E OS RISCOS À DEMOCRACIA

Maurício Ferreira da Silva
Cientista Político
Professor Adjunto IV – CAHL – UFRB

Dentre as diversas repercussões da votação sobre a admissibilidade do processo de impeachment realizada pela Câmara dos Deputados no dia 17 de Abril de 2016 estão as manifestações individuais dos deputados ao justificarem seus votos. Na realidade, o “show” ficou por conta muito mais das dedicações dos votos do que da justificativa dos mesmos. Ou seja, para justificar a admissibilidade do processo, a maioria absoluta dedicava seus votos, sem justificar o porquê da escolha. Ainda assim, quando tentavam justificar, utilizavam argumentos fora daquilo que diz o processo, alegando, no geral, motivações políticas.

A maior polêmica das declarações ficou por conta de Jair Bolsonaro, velho conhecido das manifestações conservadoras no país. Bolsonaro fez alusão a um dos militares torturadores que agiram no Brasil durante a ditadura; como ele já o fez, meu desprezo me impede de citar este nome aqui.

Esta declaração, seguida dos insultos ao deputado Jean Wyllys e o revide na forma de cusparada, “monopolizou” os noticiários, o que acabou camuflando outras dedicações de voto. Uma delas, que vale a pena ser lembrada, foi a de outro Bolsonaro, o filho. Eduardo Bolsonaro, deputado por São Paulo, com os dedos em riste simulando uma arma, fez a seguinte dedicação ao seu voto:

“Pelo povo de São Paulo nas ruas; com o espírito dos revolucionários de 32; pelo respeito aos 59 milhões de votos contra o estatuto do desarmamento em 2005; pelos militares de 64...hoje e sempre; pelas polícias; em nome de Deus e da família brasileira...”

Oriundo de uma família de políticos que se dilui nas representações políticas do Rio de Janeiro, Eduardo migrou para São Paulo a fim de ampliar o alcance geográfico do seu clã. Sua dedicação de voto expressa bem a raiz do problema que aqui nos interessa. Para além da superficialidade legal da tomada de decisão, que se justifica pela não alusão ao crime de responsabilidade, as dedicações dos votos expressaram algo preocupante que cresce dentro de nossas instituições representativas: o perfil conservador.

Um estudo do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) de 2014 já apontava esta legislatura como a de perfil mais conservador desde 1964. Não se trata apenas de religiosos fundamentalistas, mas de representantes de setores da sociedade que questionam pautas contemporâneas, sobretudo às relacionadas ao que denominam como “desagregação da família” (aborto, união homoafetiva, igualdades de direitos etc.) ou ataques a direitos individuais e à propriedade (desarmamento, cotas raciais, reforma agrária, direito de minorias etc.).

Ao conclamar os militares de 64, Deus e a família, “Bolsonaro filho” nada mais faz do que invocar o mesmo espírito conservador que impulsionou o golpe de estado de 1964.

A famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade expressava, naquela época, os mesmos anseios castradores dos grupos representados pelo parlamentar, muitos dos quais sobrevivendo ao tempo, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e, claro, os grandes veículos de comunicação.

A diferença, contudo, é que estamos em outra conjuntura. Por mais que algumas reivindicações permaneçam na pauta dos direitos sociais, seja das elites ou das camadas menos favorecidas, a conjuntura é diferente. A Guerra Fria, que motivava a criação de uma “cortina de fumaça” para justificar ações repressoras que beneficiavam um segmento privilegiado da sociedade, já não existe mais. Em um contexto democrático as ações estatais “devem” se basear em outra dinâmica, que possa ser justificada a partir de princípios constitucionais.

E é esta “cartilha de guerrilha” que os segmentos conservadores descobriram escondida nas poeiras dos trabalhos de muitos pensadores liberais e ativistas capitalistas. Descobriram que Karl Marx estava certo ao afirmar que o parlamento nada mais é do que um instrumento de legitimação da organização política capitalista e decidiram, de forma mais organizada, nele atuar. Não existe coincidência quando os discursos tanto se assemelham. Não é preciso citar a cartilha da TFP para propagar seus valores, basta dedicar seu voto de forma didática à família e a Deus. Ou seja, à noção de que seu voto segue orientações divinas e da família.

Crime de responsabilidade? É apenas um detalhe!

O dedo em riste e a arma imaginária de Eduardo Bolsonaro são símbolos perfeitos dos grupos que representa. Diferente de alguns, não creio haver conjuntura propícia para golpe militar no país. Por mais contraditório que possa parecer, acredito que é justamente a fragilidade democrática a maior inimiga do golpe militar. Ora, se existem elementos legais e facilmente manipuláveis que permitem a quebra da ordem estabelecida pelo voto, para que exército? Basta um presidente corrupto na Câmara dos Deputados, uma quantidade de parlamentares corruptos e conservadores, um judiciário tendencioso e uma estrutura midiática benevolente. Pronto!

Caso alguém se pergunte sobre a dificuldade em convergir os interesses destes setores, lembrem-se que vivemos em um país capitalista, que privilegia a propriedade do lucro para além dos indivíduos. Então, para defender interesses privados, vale alguns esforços.

O que sai da arma imaginária de “Bolsonaro filho” não são balas de verdade, mas “balas” em forma de projetos de lei com alvo bem definido: os grupos GLBT’s, os sindicatos, os trabalhadores rurais, os partidos de esquerda, os movimentos estudantil, negro, feminista, indígena e de minorias. Ou seja, um ataque a tudo que representa a quebra dos danosos valores patriarcais que representa. Eis aí, este sim, um verdadeiro ataque à democracia.

NAS RUAS CONTRA O GOLPE: todos ao 1º de maio

David Romão Teixeira – representante sindical da APUR
Professor do CFP/UFRB



A atual crise política é ainda resultado das acirradas eleições de 2014 que derrotou nas urnas o projeto das elites (PSDB), mas que de forma contraditória elegeu o congresso mais conservador da história recente da república. Capitaneado pelo gangster Eduardo Cunha (PMDB), o congresso iniciou uma ofensiva contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, apressando a votação do PL das Terceirizações, da redução da maioridade penal e o Estatuto da Família; acumulando, ainda em trâmite, 55 processos que ameaçam direitos, entre eles o nefasto PLC 257, situação nunca registrada na história recente do país: “Desde 1988, ano de promulgação da Constituição Cidadã, mesmo em governos com compromissos neoliberais, não se identificou um número tão expressivo de proposições tramitando no Congresso Nacional que representassem retrocesso e ameaça a direitos e à democracia” (DIAP, 2016).



As forças derrotadas nas eleições de 2014 aproveitaram-se da atual crise econômica e política para forjar, na opinião pública, um cenário de crise mais caótico do que de fato o é, uma estratégia necessária para preparar o terreno para o golpe; que contou indiretamente com a ajuda política de Ajuste Fiscal do governo, que ao invés de acompanhar as reivindicações das bases sociais que o elegeu buscou atender aos interesses das elites,

O país está passando por uma severa recessão, com o PIB caindo 3,7% no último ano e provavelmente a mesma coisa acontecerá esse ano. Por outro lado, o desemprego ainda está longe de atingir os níveis da França, o que dirá da Espanha. A inflação é ainda mais baixa do que os anos de FHC e o país possui mais reservas. O déficit público é metade do déficit da Itália, ainda que com os juros brasileiros o custo de reduzi-la seja bem maior. O déficit fiscal ainda está abaixo da média dos Estados Unidos. Tudo isso tende a piorar. Todavia, a atual profundidade do abismo econômico não encontra respaldo no volume do clamor ideológico que existe sobre ele: a oposição militante e a fixação neoliberal possuem interesses em aumentar o grau de martírio do país (ANDERSON, 2016).

Tudo isso convergiu para a unificação dos setores conservadores e da elite que controla o capital nacional, subservientes aos interesses imperialistas. Esta combinação levou a retomada de uma ofensiva que exige maior e mais rápida privatização dos setores públicos, maior e mais rápida ajuste fiscal, maior e mais rápida retirada de direitos, exigências que o governo Dilma, pressionado pelas organizações dos trabalhadores, não os atendeu a contento. Daí decorre a verdadeira necessidade de mudança da presidência. O uso de todas as iniciativas (im)possíveis que estão em curso: judiciais, policiais, midiáticas, inconstitucionais, expressam a tentativa de um grupo em consolidar, a favor dos seus interesse, um golpe.

O GOLPISMO NÃO CONSEGUE ESCONDER SEUS REAIS INTERESSES DE CLASSE



Os defensores da pauta econômica derrotada nas eleições de 2014 insistem em impor esta pauta de retrocesso, mesmo que precisem passar por cima da ordem democrática. O que motiva e importa para os que constroem o impeachment é, na verdade, um aceleração das políticas econômicas neoliberais à custa da diminuição do Estado para o atendimento dos serviços essenciais. Para atender seus verdadeiros objetivos, a elite brasileira defensora dos interesses do imperialismo americano (FIESP, FIRJAN, CNA, CNT, Itaú, com o apoio do PMDB, PSDB) optou pelo tudo ou nada disfarçado de impeachment por crime de responsabilidade, uma expressão das investidas do imperialismo nos últimos anos na América Latina para recuperar sua influência.

Com a possibilidade real de aprovar o impeachment, a sanha golpista não consegue esconder os seus anseios imediatos: retroceder nas conquistas dos trabalhadores nos últimos anos e avançar na retirada de direitos que nem o governo FHC com sua política neoliberal conseguiu. Isso pode ser comprovado, facilmente, na leitura do documento "Uma Ponte para o Futuro" apresentado pelo PMDB, em outubro passado, como uma carta de intenções aos interesses golpistas. Já nas primeiras páginas é apontada a necessidade de diminuir as despesas (para nós investimentos) em Educação e Saúde, uma vez que, na opinião deles, este é um dos principais causadores da atual crise econômica atual.

Ou seja, eles acham pouco o Ajuste Fiscal de 2014 e 2015, feito pelo governo Dilma, e que vem afetando violentamente, inclusive, o funcionamento das universidades federais e que foi uma das principais pautas combatidas pelo movimento docente na greve de 2014 e estão dispostos, para atender aos seus interesses, a alterar conquistas presentes na constituição.

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada (PMDB, 2015, p.9, grifo nosso).

Avançam ainda na necessidade de acabar com a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo, defendem a reforma da previdência que aumenta o tempo de trabalho, a privatização de setores estratégicos, o retorno ao regime de partilha que entrega o Petróleo às empresas estrangeiras, o ataque da CLT e também a criação de limites anuais para permanência dos programas sociais. Com o discurso de diminuição da dívida pública, não apresentam nenhuma providência em relação às desonerações, sonegações e benefícios que atendem aos industriais e ao agronegócio. Podemos, inclusive, observar como começa a ganhar maior divulgação medidas como a redução do tempo de almoço (proposta da FIESP), o fim da estabilidade do servidor público e a defesa da iniciativa privada na gestão de recursos públicos, como a ação de Organizações Sociais na saúde e educação pública.



O que chama mais atenção é que nada disso é velado, está escrito de forma direta e explícita. Enquanto acompanhamos o vergonhoso "circo de horrores" da Câmara de Deputados que não se preocupou com a comprovação de crime, os golpistas estão construindo um alicerce político para fazer retroceder no que há de virtudes no governo Dilma e Lula e avançar nos seus equívocos, tudo isso sem autorização do voto popular, eis aí o elemento central do golpe em curso: execução a qualquer preço da política econômica do PSDB (Aécio Neves) derrotada nas urnas!

A UNIVERSIDADE PRECISA SER ESPAÇO DE LUTA

As organizações que já vinham ao longo de 2015 lutando contra a política de Ajuste Fiscal do governo Dilma não tiveram dúvidas da necessidade de derrotar o golpe de estado, em curso, nas ruas; lugar histórico das conquistas democráticas e da classe trabalhadora. A luta, em curso, nas ruas não se limita a barrar o processo de impeachment, mas sim exigir que Dilma adote medidas urgentes que atendam os anseios populares como: - forte redução da taxa básica de juros; - uso das reservas internacionais para um Fundo de Emprego destinado a obras de infraestrutura; - ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida; - Retomada da Reforma Agrária; - tributação sobre lucros e dividendos. Urge fortalecer na universidade a discussão política, valorizando o uso da ciência para explicar a situação política, o que passa agora por fortalecer os Comitês Contra o Golpe e as representações dos trabalhadores na Universidade e na região, construindo espaços abertos dentro da universidade para esse tipo de produção contra-hegemônica (HARVEY, 2014).



Não podemos nos iludir com o Senado e o judiciário, o lugar histórico das conquistas dos trabalhadores é nas ruas. Não podemos aceitar que a insatisfação com a política do governo sirva como justificativa para interromper um mandato legítimo conquistado nas urnas. É hora de denunciar, discutir, e mobilizar o povo em defesa da democracia e dos direitos, construindo um GRANDE 1º DE MAIO. NÃO VAI TER GOLPE, VAI TER UNIVERSIDADE PÚBLICA DE QUALIDADE!

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. A crise no Brasil. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>
- DIAP. 55 ameaças à direitos em tramitação no Congresso. Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25839%3A55-ameacas-de-direitos-em-tramitacao-no-congresso-nacional&catid=45%3Aagencia-diap&Itemid=204
- HARVEY, D. A universidade como espaço de luta. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/06/09/harvey-a-univesidade-como-espaco-de-luta/>
- PMDB. Uma Ponte para o Futuro. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf
- SALOMÃO, A. "Estabilidade é a fonte dos desequilíbrios". Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estabilidade-no-emprego-e-a-fonte-dos-desequilibrios,10000023310>

NOTA - EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRB CONTRA O GOLPE

Coletivo da Educação do Campo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

A Educação do Campo nasce de um contexto de disputa de projetos e de denúncias das graves condições estruturais da produção da vida e dos conflitos vividos no campo brasileiro que, construídos historicamente, são sempre desfavoráveis à classe trabalhadora no campo e na cidade. Por isso, a Educação do Campo da UFRB entende que não pode deixar de se pronunciar no momento histórico atual.

No mês em que lembramos e denunciemos os 20 anos do massacre em Eldorado dos Carajás, os enfrentamentos de classe se acirram. Em reação às jornadas de lutas – Abril Vermelho e Abril Indígena – o Estado comandado pela elite afronta gravemente os direitos da classe trabalhadora mediante articulações políticas que, num movimento golpista, desconsidera a Constituição Brasileira e faz avançar o impeachment de uma presidente eleita legitimamente e com pleno apoio dos movimentos sociais. É neste contexto que lideranças indígenas como o Cacique Babau e Teity Tupinambá são presos, acampamentos são atacados e queimados e, trabalhadores sem terras e indígenas são assassinados.

Indignados com esse quadro de injustiça, de desrespeito aos legítimos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras das classes populares e frente a avassaladora ameaça à experiência democrática que a duras penas vimos construindo nas últimas décadas, nós, coletivo docente e discente da Educação do Campo da UFRB firmamos a nossa posição em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, e em clara oposição ao pedido de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Mestrado Profissional em Educação do Campo
Licenciaturas em Educação do Campo (Ciências Agrárias e Ciências da Natureza e Matemática)
Pedagogia – ênfase em Educação do Campo
Tecnologia em Agroecologia – EFASE/UFRB/PRONERA
Amargosa e Feira de Santana (BA), 18 de Abril de 2016

ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DOCENTES



Na semana passada, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e o Centro de Formação de Professores (CFP) tiveram eleições para representante docente do Conselho de Centro. O CAHL teve inscrição de chapa única, formada pelos docentes Rosenária Ferraz de Souza (candidata a titular) e Sergio Armando Diniz Guerra Filho (candidato suplente). Ao todo, 35 docentes compareceram à votação no CAHL, sendo 32 votos para a chapa inscrita, 02 votos brancos e 01 nulo.

O CFP, por sua vez, teve a inscrição de 3 chapas: Chapa 1 - Jorge Fernando Silva de Menezes (titular) e Rodrigo De Paula (suplente). Chapa 2 - Débora Alves Feitosa (titular) e Máira Lopes dos Reis (suplente) e Chapa 3- Márcia Luzia Cardoso Neves (titular) e Orahcio Felício de Sousa (suplente). Ao final da apuração, a Chapa 1 obteve 11 votos, a Chapa 2, 24 votos e a Chapa 3, 27 votos. Sendo assim, a representação docente do CFP ficou composta pelos docentes Márcia Luzia Cardoso Neves e Orahcio Felício de Sousa.

NOTÍCIA ANDES-SN SETOR DAS IFES INTENSIFICA LUTA CONTRA PLP 257/2016 E ATAQUES À CARREIRA DOCENTE

Docentes federais de 25 seções sindicais do ANDES-SN participaram, nos dias 15 e 16 de abril, da reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do ANDES-SN. A reunião, ocorrida na sede do Sindicato Nacional em Brasília (DF), avaliou o Plano de Lutas do Setor das Ifes aprovado no 35º Congresso do ANDES-SN, realizado em janeiro deste ano na cidade de Curitiba (PR). Os docentes também definiram ações e mobilizações para o período de 25 a 29 de abril contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, de autoria do Executivo, que ataca frontalmente os direitos dos trabalhadores e que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

O projeto, entre outras medidas, prevê a suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações), a destruição da previdência social e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores. O PLP faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo, no final de 2014.

Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, explica que tendo em vista à necessidade de barrar o PLP 257/2016 e outros projetos que tramitam no Congresso Nacional, a diretoria do Sindicato Nacional convocou a Comissão Nacional de Mobilização (CNM) para a semana de 25 a 29 de abril. “Fizemos uma avaliação do plano de lutas do setor, do PLP 257 e tiramos alguns encaminhamentos. O Setor das Federais diante, sobretudo, do PLP definiu como ação prioritária uma grande mobilização na última semana do mês de abril para barrar esse projeto de lei que possibilita a retirada de direitos dos servidores federais, estaduais e municipais”, disse.

A comissão, segundo o presidente do Sindicato Nacional, intensificará o trabalho de convencimento junto aos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, de todos os partidos políticos, para que se posicionem contrários ao projeto. Além disso, estão previstas ações de mobilização nos estados, como forma de pressionar os deputados a dizer não ao PLP e, ainda, atividades nas instituições federais de ensino, em conjuntos servidores estaduais e municipais, no dia 25 de abril, para marcar um dia nacional de lutas contra o PLP 257/2016.

“A CNM fará um trabalho integrado com a diretoria do ANDES-SN, de conversas com deputados federais e senadores. Mas, o trabalho principal tem que ser feito na base pelas seções sindicais, em conjunto com as regionais do Sindicato para que os docentes se articulem e fortaleçam os fóruns locais dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, bem como demais setores dos trabalhadores, para dar visibilidade à precarização do serviço público e construir juntos ações de enfrentamento ao projeto”, esclareceu Paulo Rizzo.



Carreira docente, precarização e condições de trabalho

Ainda na reunião do Setor das Ifes, os docentes decidiram pela realização de debates e ações relacionadas à reestruturação da carreira docente e por melhores condições de trabalho nas instituições federais de ensino (IFE), com base na agenda temática prevista no plano de lutas específico do Setor. As atividades terão enfoque no PL 4251/2015, que “altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências”. As seções sindicais terão até o final do mês (29) para enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos de promoção, progressão, e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), assim como o número de docentes que recebem o abono permanência e a demanda de concursos em cada IFE.

Confira a agenda definida pelo Setor:

a) até 29 de abril: as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos de promoção/progressão/RSC, inclusive sobre efeitos retroativos e financeiros, bem como em relação ao número de docentes que recebem o abono de permanência e a demanda de concurso público em cada IFE;

b) 25 de abril: dia nacional de luta contra o PLP 257/2016, organizando atividades nas Ifes, em conjunto com lees e lmes, pressionando parlamentares nos estados para votarem contra o projeto de lei;

c) 26 de abril: reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais;

d) 27 de abril: lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social - Brasília (DF), às 9h, no Auditório Petrônio Portela no Senado Federal;

e) 1º de maio: construir e participar dos atos de 1º de maio de luta - dia do trabalhador - convocado pelo Espaço de Unidade de Ação e que ocorrerá em São Paulo, bem como das atividades que ocorrerem nos Estados;

f) até 5 de maio: as seções sindicais deverão enviar informações à Secretaria do ANDES-SN acerca de processos estatuintes que estão acontecendo em suas IFE;

g) 14 e 15 de maio: reunião do setor dos docentes das Ifes em Brasília (DF).

GOVERNO RECUA E FAZ ACORDO SOBRE PL 257, QUE ATACA DIREITOS DE SERVIDORES

Igor Carvalho - CUT

Após longa reunião entre o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, e representantes das centrais sindicais, o governo cedeu e admitiu modificar o PLC 257/2016 que poderia ser prejudicial aos servidores públicos.

O projeto legisla sobre a renegociação da dívida dos estados e estabelece contrapartidas como congelamento salarial, corte de até 30% em benefícios pagos, restrição a novas contratações, além do aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores.

De acordo com as tratativas firmadas com o governo, o PLC 257 será desmembrado e serão retiradas as condicionantes que atacam diretamente os servidores públicos. "Nas últimas duas semanas, a CUT vem se dedicando à essa negociação e o desfecho representa uma vitória dos trabalhadores", afirmou Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos da CUT.

Ainda de acordo com o dirigente Cutista, "o governo se sensibilizou com as reivindicações dos trabalhadores e concordou em retirar a urgência do PLC 257. As condicionantes que afetam os trabalhadores serão discutidas mais adiante em reuniões com as centrais sindicais", finalizou Ertle.

O projeto é criticado pela CUT desde que passou a tramitar. "A CUT repudia o PLC 257/2016 enviado no dia 22 de março pelo governo ao Congresso Nacional. Sob o pretexto de promover uma reestruturação fiscal "duradoura e sustentável" e de dialogar com as demandas dos governos estaduais, o projeto sinaliza para o mercado com medidas de contenção de custos que vão do arrocho salarial dos servidores públicos à privatização de empresas estatais, implícita na possibilidade de a União aceitar ativos pertencentes aos Estados - empresas públicas e participações acionárias majoritárias para futura alienação", afirmou a Central em nota divulgada no dia 28 de março.

Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/governo-recua-e-faz-acordo-sobre-pl-257-que-ataca-direitos-de-servidores-9fb2/>

1º de Maio da Democracia
Em defesa dos Trabalhadores(as) e do Povo Brasileiro

**DOMINGO • 10h • CSU - Centro Social Urbano
COPLAN • Cruz das Almas - BA**

Cassia Maria & Que Banda é Essa?

ALFAYÁ AFRO POP

DADO BRAZZAWILLY

ALINA JENA

ROGÉRIO UBA

Realização: SINPAF Filiação à CUT

Apoio: SINTRACOM-BA, UJS, UNEGRO, APUR

Participação:

O Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade/CNPq convida você para:

I COLÓQUIO SOBRE DIVERSIDADES: ORGANIZAÇÃO E LUTAS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA

Dia 03/05 às 19h

CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÃO E LUTAS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA
Conferencista: Prof a Dra Maria Teresa Bosio
Universidade Nacional de Córdoba- Argentina
Mediação: APUR

Dia 04/05 8h30 às 12h

DIALOGO SOBRE PESQUISA COM OS MEMBROS DO GRUPO DE PESQUISA
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES
Mediação: Prof a Dra Maria Teresa Bosio
Universidade Nacional de Córdoba- Argentina

Local: Centro de Formação de Professores-
CFP/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Campus Amargosa
REALIZAÇÃO: Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade/CNPq
PARTICIPAÇÃO e MEDIAÇÃO:
Associação de Professores Universitários do Recôncavo da Bahia (APUR)